



Centro de Integridade Pública

Anticorrupção – Transparência – Integridade - Edição N° 9/2018 – Julho -Distribuição gratuita

Um Olhar Sobre a Despesa Pública

FALTA DE MEDICAMENTOS ESTÁ ASSOCIADA À PRECARIEDADE DA LOGÍSTICA

A falta de medicamentos nas Unidades Sanitárias moçambicanas continua a ser um problema alarmante e longe de ser ultrapassado. O Ministério da Saúde (MISAU) tem-se desdobrado em justificações de que há melhorias no fornecimento de medicamentos essenciais às diversas Unidades Sanitárias, no entanto, durante o trabalho de monitoria ao sector da Saúde realizado pelo CIP apurou-se que grande número de utentes do serviço público continua a não receber os medicamentos receitados na quantidade certa e na hora certa.

O conjunto de reformas apresentado em 2015 pela responsável do pelouro, quando interpelada na Sessão Parlamentar de Perguntas ao Governo¹, não está a surtir efeitos ambicionados. A Ministra da Saúde, Nazira Abdula, informou os deputados da Assembleia da República que as reformas por ela dirigidas deviam traduzir-se “na disponibilização de mais recursos, na capacitação em gestão de mais quadros, na reorganização estrutural de logística atendendo a nossa extensão geográfica e outras condicionantes”².

Dois anos passaram depois da publicação da primeira Nota³ do CIP que levantava os desafios no sector da farmácia hospitalar e da logística de medicamentos que concorriam para a não disponibilização de fármacos aos pacientes do Serviço Nacional de Saúde. No ano passado (2017) o CIP regressou aos depósitos visitados na pesquisa de 2015 e não encontrou melhorias substanciais em termos de eficiência do sector, principalmente nos níveis distritais e da farmácia hospitalar (Unidades Sanitárias).

Através da pesquisa operacional o CIP pretendia observar quais foram as mudanças que ocorreram depois da última visita e saber se a situação de falta de medicamentos registara melhorias no que tange à redução do tempo de espera para a reposição do stock em falta e se as rupturas já eram menos frequentes. As perguntas de partida para esta pesquisa eram:

- (i) Nos últimos três meses os depósitos distritais teriam passado por alguma situação de falta de medicamentos?

¹ Decorreu na AR no dia 22 de Julho de 2015.

² Segundo o documento apresentado pela Ministra da Saúde, Dra. Nazira Abdula, na sessão de PERGUNTAS AO GOVERNO POR OCA-SIÃO DA IX SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA. Pág. 17

³ https://www.cipmoz.org/images/Documentos/Industria_Extrativa/412_CIP-spinformacao_2015_16_pt_vf.pdf

- (ii) Quais eram os medicamentos em que os depósitos distritais experimentaram ruptura?
- (iii) Quanto tempo levou o sistema de logística farmacêutica a repor o medicamento em falta?

Metodologia

O trabalho de campo realizou-se de 20 de Setembro a 6 de Outubro de 2017, abrangendo três Províncias, 12 Distritos e 12 Depósitos Distritais, nomeadamente em SOFALA (Dondo, Nhamatanda, Gorongosa e Caia), ZAMBÉZIA (Mopeia, Morrumbala, Mocuba e Alto Molócue) e NAMPULA (Nacala Porto, Monapo, Meconta e Murrupula). Foi aplicada a metodologia de estudo de caso com finalidade descritiva, tendo como objectivo o de mapear situações de ruptura de stock e estudar o sistema de armazenamento, dando ênfase à questão do acesso a medicamentos.

Principais Constatações Ruptura de Stock

Foi possível apurar durante as visitas e entrevistas com os vários intervenientes que a cadeia de logística de medicamentos não só precisa de eficiência na compra, mas também de melhorar a gestão do armazenamento e da distribuição. Nos 12 Distritos abrangidos pela pesquisa, 100% dos Depósitos Distritais experimentaram ruptura de stock de medicamentos nos últimos três meses anteriores à pesquisa⁴.

Comparativamente a 2015, a situação deteriorou-se. Os depósitos experimentaram mais situações de rupturas de stock e receberam menos medicamentos do que esperavam receber. O tempo de reposição também passou a ser longo (mais de 3 meses e em alguns casos superior a 9 meses), o que em última análise teve efeito cascata, pois as Unidades Sanitárias permaneceram mais tempo sem o medicamento na farmácia hospitalar e, consequentemente, o paciente não viu satisfeita a sua demanda por fármacos.

Falta e Má Gestão de Recursos Humanos

Como verificado em 2015, nos níveis inferiores da cadeia logística, como os Depósitos Distritais, a gestão dos medicamentos continua a ser realizada por pessoal farmacêutico, com diferenciados níveis de formação, apoiados por pessoal serventuário e alguns administrativos. Verificamos um aumento significativo de recursos humanos da área da farmácia (**vide tabela 1**) em alguns Distritos, descurando a necessidade de profissionais de logística. O défice de recursos humanos para farmácia e logística farmacêutica é também agravado pela iniquidade na sua distribuição pelo país.

As Províncias de Zambézia e Nampula em 2017 apresentavam os piores rácios de profissionais de Farmácia por 100.000 habitantes à excepção de Maputo e Inhambane que apresentam rácios acima da média nacional.

Apesar do sector ter experimentado uma evolução de recursos humanos ligados à farmácia de 114% de 2006 (817) a 2015 (1751), o próprio PELF e vários outros relatórios (Skill gap analyses - CMAM. 2010; DRH MISAU - 2016) identificam que muitas das tarefas realizadas na

⁴ O Depósito Distrital é uma das mais complexas unidades de armazenamento e distribuição de medicamentos a nível do Distrito. Constitui o centro de referência e de interacção de vários profissionais e interesses, pois tem a função de gerir uma das comodidades mais procuradas no sector da saúde, isto é, os medicamentos.

cadeia de abastecimento são de logística. Sendo o farmacêutico um recurso escasso, parece um desperdício usá-lo para fazer logística, quando deveria ocupar-se de tarefas para as quais está formado, como, entre outras, a farmácia hospitalar, a inspeção farmacêutica e o uso racional do medicamento, farmacovigilância e segurança de qualidade.

Tabela 1.

Distribuição de pessoal da área de farmácia e rácio por 100 mil hab, desagregado por província, 2016-2017

Província	Número		Rácios	
	2016	2017	Rácio p/ 100.000 hab 2016	Rácio p/ 100.000 hab 2017
Cabo Delgado	144	162	7.5	8.4
Niassa	134	135	7.8	7.8
Nampula	293	314	5.7	6.3
Zambézia	283	319	5.7	6.6
Tete	171	185	6.5	7.3
Manica	153	189	7.6	9.8
Sofala	216	228	10.3	11.1
Inhambane	146	204	9.6	13.6
Gaza	117	136	8.1	9.6
Maputo Província	129	130	7.2	7.6
Maputo Cidade	212	218	16.9	17.6
Moçambique	1,998	2,220	7.6	8.6

Falhas Graves de Registo e Gestão de Stock

Em todos os depósitos visitados verificou-se que a maior parte das fichas de inventariação não estava disponível em quantidades suficientes e muitas encontram-se desactualizadas. Alguns armazéns usam alternativas como folhas de sebatas ou folhas de A4 para fazer o registo. Nalguns itens existentes no armazém não era possível identificar a ficha de registo de entrada, também porque os armazéns têm um sistema de arquivo bastante precário e desorganizado.

Algumas vezes pode-se ter a ficha de registo de entrada, mas não ser possível fazer a localização física do medicamento. Estas divergências podiam encontrar-se também no sistema informático. Constatou-se que os investimentos na massificação do suporte tecnológico e instrumentos de trabalho não foram substanciais ao ponto de melhorar a gestão do stock de medicamentos e a própria arrumação.

Como verificado na pesquisa de 2015, a gestão do inventário continua a ser uma tarefa complexa a nível dos Depósitos Distritais. Para os responsáveis distritais, e devido a roubo generalizado de medicamentos e proliferação de medicamentos do sistema nos mercados informais, as Unidades Sanitárias que não reúnem condições de segurança não deviam requisitar grandes quantidades de medicamentos. Assim, são aconselhadas a manter um stock de segurança mínimo, o que muitas vezes provoca, quando há muito consumo,

situações de falta de medicamentos, pois o Distrito não tem meios para, de forma rápida, colocar o medicamento na Unidade Sanitária em caso de ruptura do stock mínimo existente.

Precariedade dos Depósitos Distritais

Como verificado em 2015, apesar de algumas iniciativas de pequenas reabilitações relacionadas com a logística, armazenamento e conservação, os Depósitos Distritais continuam a operar em condições precárias. Alguns Depósitos Distritais funcionam dentro do recinto do hospital rural ou do centro de saúde que não são edifícios adequados para servir de unidade de gestão de medicamentos a nível distrital e de armazém.

Os depósitos continuam com uma forte dependência do trabalho braçal para descarregamento, transporte e arrumação de medicamentos, incluindo pouco investimento na redução dos riscos de inutilização e roubo de medicamentos, identificada já na pesquisa de 2015. Os problemas dos depósitos resultam da infiltração de águas pluviais, falta de gradeamento, iluminação inapropriada, sistema de ar condicionado e refrigeração não funcional, não instalação de sistema de segurança, precariedade e falta de espaço apropriado e uso de veículos não adequados para transporte de fármacos dos Depósitos Provinciais para Distritais e de lá para as Unidades Sanitárias.

Mesmo em situação de falta gravosa de medicamentos a nível do Distrito, a maioria dos Depósitos Distritais está superlotada, porque são espaços pequenos ou com espaço físico não adequado, o que leva muitas vezes a encontrar produtos farmacêuticos arrumados nos corredores, no chão e em frente a prateleiras também superlotadas de medicamentos. Este tipo de (des)organização não permite fácil mobilidade do pessoal nem rápida identificação do fármaco.

Também foi possível identificar um número não especificado de fármacos expirados ou prestes a expirar. Segundo os técnicos, a nível do Depósito Distrital esta situação é provocada pela Província que envia grandes quantidades de fármacos com prazo de validade quase a expirar.



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:



Norwegian Embassy

Informação editorial

Director: Edson Cortez

Autor: Jorge Matine

Equipa técnica: Baltazar Fael, Borges Nhamire, Celeste Filipe, Egidio Rego, Fátima Mimbire, Inocência Mapiisse, Jorge Matine, Stélio Bila,

Propriedade: Centro de Integridade Pública

Maquetização: Liliana Mangove

Rua Fernão Melo e Castro,
Bairro da Sommerschild, nº 124
Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917
Cel: (+258) 82 3016391
f @CIP.Mozambique | @CIPMoz
www.cipmoz.org | Maputo - Moçambique